

Autores

**Fábio Gesser Leal**  
**Klauss Corrêa de Souza**  
**Rafael Giordani Sabino**

# **Comentários à Lei da Escuta Protegida**

**Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017**



Florianópolis – 2018

**Editora CONCEITO EDITORIAL**

**Presidente**  
Salézio Costa

**Editores**  
Orides Mezzaroba  
Valdemar P. da Luz

**Coordenação Editorial**  
Lourdes Fernandes Silva

**Capa e Diagramação**  
Paulo H. Benczik

**Conselho Editorial**  
André Maia  
Adriana Mildart  
Aline de C. M. Maia Liberato  
Carlos Alberto P. de Castro  
Cesar Luiz Pasold  
Diego Araujo Campos  
Edson Luiz Barbosa  
Fauzi Hassan Choukr  
Jacinto Coutinho  
Jerson Gonçalves C. Junior  
João Batista Lazzari  
Jonas Machado Ramos

José Antônio Peres Gediél  
José Antônio Savaris  
Lenio Luiz Streck  
Marcelo Alkmim  
Martonio Mont'Alverne B. Lima  
Michel Mascarenhas  
Renata Elaine Silva  
Samantha Ribeiro Meyer Pflug  
Sérgio Ricardo F. de Aquino  
Theodoro Vicente Agostinho  
Vicente Barreto  
Vladmir Oliveira da Silveira  
Wagner Balera

M222.51

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Angela Schmidt CRB-14/1171

L435c

Leal, Fabio Gesser

Comentários à lei da escuta protegida : lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017 / Fabio Gesser Leal, Klauss Corrêa de Souza, Rafael Giordani Sabino. – 1. ed. – Florianópolis: Conceito Editorial, 2018.  
254p.

ISBN 978-85-7874-444-1

1. Escuta 2. Depoimento 3. Crianças 4. Adolescentes  
I. Souza, Klauss Corrêa de II. Sabino, Rafael Giordani III. Título

CDU – 343.62

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo.  
A violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

© Copyright 2018 Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Rua Hipólito Gregório Pereira, 700 – 3º Andar  
Canasvieiras – Florianópolis/SC – CEP: 88054-210  
**Editorial:** Fone (48) 9611-5911 – editorial@conceitojur.com.br  
**Comercial:** Fone (48) 3240-1300 – comercial@conceitojur.com.br

**www.conceitojur.com.br**

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	19
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	21

## TÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

<b>Art. 1º</b> .....	<b>27</b>
----------------------	-----------

<b>Comentário n. 1.</b> Origem da Lei n. 13.431/17 .....	27
--	----

<b>Comentário n. 2.</b> Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência.....	29
--	----

<b>Comentário n. 3.</b> Criança e adolescente como destinatários da norma .....	30
---	----

<b>Comentário n. 4.</b> Proteção não limitada à criança e ao adolescente vítimas.....	30
---	----

<b>Comentário n. 5.</b> Violência compreendida em seu amplo sentido .....	31
---	----

<b>Comentário n. 6.</b> Mecanismos de prevenção e coibição de violência contra a criança e o adolescente .....	31
--	----

<b>Comentário n. 7.</b> Mandamentos constitucionais e internacionais de proteção da criança e do adolescente .....	31
--	----

<b>Comentário n. 8.</b> Medidas de assistência e proteção à criança e ao adolescente em situação de violência previstas na Lei n. 13.431/17 .....	33
---	----

<b>Comentário n. 9.</b> Plúrima finalidade da Lei da Escuta Protegida.....	33
--	----

<b>Art. 2º</b> .....	<b>34</b>
----------------------	-----------

<b>Comentário n. 10.</b> Criança e adolescente e direitos fundamentais inerentes à pessoa humana .....	34
--	----

<b>Comentário n. 11.</b> Princípio da proteção integral.....	35
--	----

<b>Comentário n. 12.</b> Doutrina da Proteção Integral.....	37
---	----

<b>Comentário n. 13.</b> Declaração dos Direitos da Criança de 1959.....	38
--	----

<b>Comentário n. 14.</b> Desenvolvimento moral, intelectual e social.....	39
---	----

<b>Comentário n. 15.</b> Direitos específicos relacionados à condição de vítima ou testemunha .....	39
---	----

<b>Comentário n. 16.</b> Desenvolvimento de políticas públicas integradas e coordenadas de proteção da criança e do adolescente pelos entes da federação.....	40
<b>Comentário n. 17.</b> Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente .....	41
<b>Comentário n. 18.</b> A criança e o adolescente são seres humanos merecedores de especial proteção .....	42

## **Art. 3º..... 42**

<b>Comentário n. 19.</b> Norte hermenêutico .....	43
<b>Comentário n. 20.</b> Princípio do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.....	44
<b>Comentário n. 21.</b> Princípio da prioridade absoluta.....	44
<b>Comentário n. 22.</b> Dever solidário do Estado, da família e da sociedade de assegurar a fruição dos direitos fundamentais da criança e do adolescente com prioridade absoluta .....	46
<b>Comentário n. 23.</b> Possibilidade da aplicação da Lei n. 13.431/17 aos maiores de 18 anos.....	47
<b>Comentário n. 24.</b> Faculdade do Juiz e concordância do destinatário .....	48

## **Art. 4º..... 49**

<b>Comentário n. 25.</b> A antiguidade da violência contra a criança e o adolescente....	50
<b>Comentário n. 26.</b> Tipificação criminal da violência contra a criança e o adolescente .....	51
<b>Comentário n. 27.</b> Formas de violência contra a criança e o adolescente .....	51
<b>Comentário n. 28.</b> O impacto financeiro da violência contra a criança e o adolescente .....	52
<b>Comentário n. 29.</b> Violência física .....	53
<b>Comentário n. 30.</b> Violência psicológica decorrente de discriminação, depreciação ou desrespeito.....	53
<b>Comentário n. 31.</b> Violência psicológica decorrente de alienação parental .....	54
<b>Comentário n. 32.</b> Violência psicológica decorrente da exposição a crime violento .....	55
<b>Comentário n. 33.</b> Violência sexual decorrente de abuso sexual.....	56
<b>Comentário n. 34.</b> Violência sexual decorrente de exploração sexual comercial ...	57
<b>Comentário n. 35.</b> Violência sexual decorrente de tráfico de pessoas .....	57
<b>Comentário n. 36.</b> Violência institucional .....	58
<b>Comentário n. 37.</b> Oitiva sobre a situação de violência por meio da escuta especializada e do depoimento especial.....	59
<b>Comentário n. 38.</b> Revelação espontânea da violência.....	60
<b>Comentário n. 39.</b> Procedimentos necessários por ocasião da revelação espontânea da violência.....	61

<b>Comentário n. 40.</b> Chamada da criança e do adolescente para confirmação da revelação espontânea.....	63
<b>Comentário n. 41.</b> Não aplicação da escuta especializada e do depoimento especial na confirmação da revelação espontânea da violência em caso de intervenções de saúde.....	63
<b>Comentário n. 42.</b> Sanções pelo descumprimento da Lei n. 13.431/17 .....	64

## TÍTULO II

### DOS DIREITOS E GARANTIAS

<b>Art. 5º</b> .....	<b>65</b>
<b>Comentário n. 43.</b> Direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente fundamentadores da aplicação da Lei n. 13.431/17 .....	66
<b>Comentário n. 44.</b> Direito de prioridade absoluta e de ter considerada a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.....	67
<b>Comentário n. 45.</b> Direito de receber tratamento digno e abrangente.....	68
<b>Comentário n. 46.</b> Direito de ter a intimidade e as condições pessoais protegidas quando vítima ou testemunha de violência .....	68
<b>Comentário n. 47.</b> Direito de ser protegido contra qualquer tipo de discriminação.....	69
<b>Comentário n. 48.</b> Direito de receber informação adequada à sua etapa de desenvolvimento sobre direitos, serviços, representação jurídica, medidas de proteção, reparação de danos e qualquer procedimento a que seja submetido.....	70
<b>Comentário n. 49.</b> Informação sobre as consequências da participação para o resultado do processo .....	71
<b>Comentário n. 50.</b> Direito de ser ouvido e expressar seus desejos e opiniões e direito de permanecer em silêncio.....	72
<b>Comentário n. 51.</b> Desejos e opiniões devidamente considerados.....	73
<b>Comentário n. 52.</b> Direito de receber assistência qualificada jurídica e psicossocial especializada.....	75
<b>Comentário n. 53.</b> Direito de ser resguardado e protegido de sofrimento .....	75
<b>Comentário n. 54.</b> Garantia de acesso à justiça .....	76
<b>Comentário n. 55.</b> Direito de ser ouvido em horário que lhe for mais adequado e conveniente, sempre que possível .....	76
<b>Comentário n. 56.</b> Direito de ter segurança contra intimidação, ameaça e outras formas de violência.....	77
<b>Comentário n. 57.</b> Direito de ser assistido por profissional capacitado e conhecer os profissionais que participam dos procedimentos de escuta especializada e depoimento especial .....	78
<b>Comentário n. 58.</b> Direito de ser reparado quando seus direitos forem violados ..	80

<b>Comentário n. 59.</b> Direito de conviver em família e em comunidade.....	80
<b>Comentário n. 60.</b> Direito de ter as informações prestadas tratadas com confidencialidade, sendo vedada a utilização ou o repasse a terceiro das declarações feitas, salvo para os fins de assistência à saúde e de persecução penal.....	82
<b>Comentário n. 61.</b> Direito de prestar declarações em formato adaptado à criança e ao adolescente com deficiência ou em idioma diverso do português.....	82
<b>Comentário n. 62.</b> Planejamento entre os profissionais especializados e o Juízo acerca da participação da criança e do adolescente no depoimento especial.....	84
<b>Art. 6º.....</b>	<b>84</b>
<b>Comentário n. 63.</b> Medidas protetivas em favor da criança e do adolescente vítimas ou testemunhas de violência.....	84
<b>Comentário n. 64.</b> Aplicação subsidiária do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e da Lei Maria da Penha .....	86

### TÍTULO III

#### DA ESCUTA ESPECIALIZADA E DO DEPOIMENTO ESPECIAL

<b>Art. 7º.....</b>	<b>87</b>
<b>Comentário n. 65.</b> Conceito de escuta especializada.....	87
<b>Comentário n. 66.</b> Procedimento de entrevista da escuta especializada.....	88
<b>Comentário n. 67.</b> Órgão da Rede de Proteção realizador da escuta especializada.....	89
<b>Comentário n. 68.</b> Escuta como parte integrante de um processo mais amplo de proteção integral.....	90
<b>Comentário n. 69.</b> Relato limitado ao estritamente necessário.....	90
<b>Art. 8º.....</b>	<b>91</b>
<b>Comentário n. 70.</b> Da violência à sentença final .....	91
<b>Comentário n. 71.</b> Conceito de depoimento especial.....	92
<b>Comentário n. 72.</b> Marcos normativos do depoimento especial .....	92
<b>Comentário n. 73.</b> Recomendação n. 33/10 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).....	94
<b>Comentário n. 74.</b> Depoimento especial, devido processo legal e sistema acusatório.....	94
<b>Comentário n. 75.</b> Depoimento especial <i>versus</i> depoimento sem dano.....	95
<b>Comentário n. 76.</b> Depoimento <i>perante</i> Autoridade Policial ou Judiciária .....	96
<b>Comentário n. 77.</b> Depoimento especial realizado pela Autoridade Policial.....	97
<b>Comentário n. 78.</b> Depoimento especial realizado pela Autoridade Judicial.....	98

<b>Comentário n. 79.</b> Juízo competente para a tomada do depoimento especial.....	98
<b>Comentário n. 80.</b> Uso do depoimento especial na esfera processual civil .....	99
<b>Comentário n. 81.</b> Realização do depoimento especial pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública .....	100
<b>Comentário n. 82.</b> O papel sobremaneira relevante do Poder Judiciário na consecução dos fins em benefício da população infantojuvenil.....	101
<b>Comentário n. 83.</b> O papel do Ministério Público .....	102
<b>Comentário n. 84.</b> O papel da Defensoria Pública .....	103
<b>Comentário n. 85.</b> O papel do Advogado .....	105
<b>Comentário n. 86.</b> Depoimento especial na jurisprudência .....	106
<b>Comentário n. 87.</b> Impositividade da oitiva do receptor da revelação espontânea.....	106
<b>Comentário n. 88.</b> Procedimento de oitiva no depoimento especial.....	107
<b>Comentário n. 89.</b> Oitiva <i>versus</i> inquirição .....	109
<b>Comentário n. 90.</b> Pretensão de uniformização da dinâmica do depoimento especial .....	110
<b>Comentário n. 91.</b> O pós-depoimento especial.....	111
<b>Comentário n. 92.</b> Modelos de depoimento especial: <i>Closed Circuit of Television</i> (CCTV) e Câmara de Gesell .....	112
<b>Comentário n. 93.</b> A posição dos Conselhos Federais de Psicologia e de Serviço Social.....	112
<b>Comentário n. 94.</b> Depoimento especial, avaliação psicológica pericial e perícia técnica interdisciplinar ou interprofissional .....	113
<b>Comentário n. 95.</b> Plúrima funcionalidade do depoimento especial .....	115
<b>Comentário n. 96.</b> A pessoa infantojuvenil como fonte de prova .....	116
<b>Comentário n. 97.</b> Valor da palavra da criança e do adolescente .....	117
<b>Comentário n. 98.</b> Falsas memórias, sugestionabilidade e emoções negativas influenciadoras.....	118
<b>Comentário n. 99.</b> Depoimento da criança e do adolescente como prova única.....	119
<b>Comentário n. 100.</b> Escolha da autoridade pela não oitiva da criança e do adolescente .....	120
<b>Comentário n. 101.</b> Obrigação de falar, obrigação de se submeter ao depoimento especial e direito de oitiva .....	121
<b>Comentário n. 102.</b> Depoimento especial e ato infracional análogo ao crime de falso testemunho .....	124
<b>Comentário n. 103.</b> Idade mínima para a oitiva da criança.....	125
<b>Comentário n. 104.</b> Síndrome do Segredo .....	127
<b>Comentário n. 105.</b> Necessidade de respeitar o <i>tempo da criança e do adolescente</i> .....	128

<b>Comentário n. 106.</b>	Lembrar para esquecer.....	128
<b>Comentário n. 107.</b>	Princípio da proibição do retrocesso e depoimento especial .....	129
<b>Comentário n. 108.</b>	A necessária atenção com a saúde mental dos profissionais que conduzem o depoimento especial .....	130
<b>Comentário n. 109.</b>	Depoimento de crianças e adolescentes indígenas ou oriundos de outras minorias .....	130
<b>Comentário n. 110.</b>	Depoimento especial itinerante .....	131
<b>Comentário n. 111.</b>	Divergências a respeito do caráter benéfico do depoimento especial: opiniões favoráveis e opiniões contrárias à metodologia.....	131
<b>Art. 9º .....</b>		<b>132</b>
<b>Comentário n. 112.</b>	Preservação da criança e do adolescente contra qualquer contato, ainda que visual, com pessoa que lhe inspire ameaça, coação ou constrangimento .....	133
<b>Art. 10. ....</b>		<b>134</b>
<b>Comentário n. 113.</b>	Local apropriado e acolhedor para a escuta protegida.....	134
<b>Comentário n. 114.</b>	Garantia de privacidade.....	135
<b>Comentário n. 115.</b>	Depoimento especial a partir de local fora da sede do Juízo.....	136
<b>Comentário n. 116.</b>	Depoimento especial por carta precatória .....	136
<b>Art. 11. ....</b>		<b>137</b>
<b>Comentário n. 117.</b>	Necessidade de protocolos para a realização do depoimento especial .....	137
<b>Comentário n. 118.</b>	Regra da oitiva única.....	140
<b>Comentário n. 119.</b>	Priorização da realização do depoimento especial pelo procedimento de produção antecipada de provas .....	141
<b>Comentário n. 120.</b>	Produção antecipada de provas no âmbito Cível.....	142
<b>Comentário n. 121.</b>	Produção antecipada de provas no âmbito Penal.....	142
<b>Comentário n. 122.</b>	Competência para a produção antecipada de provas destinada à coleta do depoimento especial .....	143
<b>Comentário n. 123.</b>	Rito da ação de produção antecipada de provas para a coleta do depoimento especial .....	144
<b>Comentário n. 124.</b>	Iniciativa para realização do depoimento especial por meio da ação de produção antecipada de provas .....	146
<b>Comentário n. 125.</b>	Pressupostos necessários para a realização do depoimento especial por meio da ação de produção antecipada de provas.....	147
<b>Comentário n. 126.</b>	Momento adequado para o depoimento especial .....	148
<b>Comentário n. 127.</b>	Data e horário do depoimento especial .....	149



<b>Comentário n. 128.</b> Produção antecipada de provas antes ou depois da instauração da ação .....	150
<b>Comentário n. 129.</b> Contraditório mesmo na fase policial .....	151
<b>Comentário n. 130.</b> Ampla defesa do investigado .....	153
<b>Comentário n. 131.</b> Obrigatoriedade do rito de antecipação de prova no caso de criança menor de 7 anos de idade .....	155
<b>Comentário n. 132.</b> Obrigatoriedade do rito de antecipação de prova no caso de violência sexual .....	156
<b>Comentário n. 133.</b> Excepcional possibilidade da tomada de novo depoimento especial .....	156
<b>Comentário n. 134.</b> A oitiva única nem sempre é atingível e nem sempre é a melhor solução .....	157
<b>Comentário n. 135.</b> Requisitos cumulativos para a repetição do depoimento especial .....	158
<b>Art. 12.</b> .....	<b>158</b>
<b>Comentário n. 136.</b> Rito do depoimento especial .....	159
<b>Comentário n. 137.</b> Profissionais especializados para a coleta do depoimento especial .....	160
<b>Comentário n. 138.</b> Esclarecimentos à criança e ao adolescente sobre a tomada do depoimento especial, informando-lhes os seus direitos e os procedimentos a serem adotados .....	161
<b>Comentário n. 139.</b> Planejamento da participação da pessoa infantojuvenil no depoimento especial .....	162
<b>Comentário n. 140.</b> Proibição da leitura da denúncia e de outras peças processuais .....	163
<b>Comentário n. 141.</b> Livre narrativa sobre a situação de violência .....	163
<b>Comentário n. 142.</b> Transmissão do depoimento especial em tempo real para a sala de audiência .....	164
<b>Comentário n. 143.</b> Sigilo da transmissão .....	165
<b>Comentário n. 144.</b> Nem mesmo a Autoridade Policial ou Judiciária deve visitar a sala do depoimento especial, em regra .....	165
<b>Comentário n. 145.</b> Perguntas complementares organizadas em bloco .....	166
<b>Comentário n. 146.</b> Adaptação das perguntas pelo profissional especializado ....	166
<b>Comentário n. 147.</b> Gravação do depoimento especial em áudio e vídeo .....	166
<b>Comentário n. 148.</b> Opção por prestar o depoimento diretamente ao Juiz .....	168
<b>Comentário n. 149.</b> Opção por prestar o depoimento especial diretamente ao Delegado de Polícia, ao Promotor de Justiça ou ao Defensor Público .....	168
<b>Comentário n. 150.</b> Medidas para a preservação da intimidade e privacidade da vítima ou testemunha .....	169

<b>Comentário n. 151.</b> Presença de acompanhante durante o depoimento especial .....	170
<b>Comentário n. 152.</b> Vítima ou testemunha trazida para o depoimento por sujeito identificado, antes ou durante o ato, como o provável autor da violência.....	170
<b>Comentário n. 153.</b> Criança ou adolescente institucionalizado e depoimento especial .....	171
<b>Comentário n. 154.</b> Afastamento do imputado da sala de audiências.....	171
<b>Comentário n. 155.</b> Medidas de proteção em caso de risco à vida ou à integridade da vítima ou testemunha .....	172
<b>Comentário n. 156.</b> Preservação e segurança da mídia contendo o depoimento especial .....	173
<b>Comentário n. 157.</b> Depoimento especial e segredo de justiça.....	174
<b>Comentário n. 158.</b> Ética e privacidade dos dados pessoais, da imagem e da voz.....	174

## **TÍTULO IV**

### **DA INTEGRAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ATENDIMENTO**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **Art. 13. .... 177**

<b>Comentário n. 159.</b> Obrigatoriedade de comunicar ao Poder Público a ocorrência de violência contra criança ou adolescente .....	178
---	-----

<b>Comentário n. 160.</b> Promoção de campanhas de conscientização da sociedade	179
---	-----

#### **Art. 14. .... 180**

<b>Comentário n. 161.</b> Políticas de ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral às crianças e aos adolescentes vítimas ou testemunhas de violência .....	181
---	-----

<b>Comentário n. 162.</b> Diretriz de abrangência e integralidade .....	182
---	-----

<b>Comentário n. 163.</b> Diretriz de capacitação interdisciplinar continuada, preferencialmente conjunta, dos profissionais .....	182
--	-----

<b>Comentário n. 164.</b> Diretriz de estabelecimento de mecanismos de informação, referência, contrarreferência e monitoramento.....	183
---	-----

<b>Comentário n. 165.</b> Diretriz de planejamento coordenado do atendimento e do acompanhamento .....	183
--	-----

<b>Comentário n. 166.</b> Diretriz da celeridade do atendimento .....	184
---	-----

<b>Comentário n. 167.</b> Diretriz da priorização do atendimento em razão da idade ou de eventual prejuízo ao desenvolvimento psicossocial, garantida a intervenção	
---	--

preventiva .....	184
<b>Comentário n. 168.</b> Diretriz da mínima intervenção dos profissionais envolvidos.....	184
<b>Comentário n. 169.</b> Diretriz do monitoramento e avaliação periódica das políticas de atendimento .....	185
<b>Comentário n. 170.</b> Dever do responsável da Rede de Proteção de garantir a urgência e a celeridade necessárias ao atendimento de saúde e à produção probatória nos casos de violência sexual, preservada a confidencialidade .....	185
<b>Art. 15.</b> .....	<b>185</b>
<b>Comentário n. 171.</b> Serviços de ouvidoria ou de resposta relativos a denúncias de violações de direitos de crianças e adolescentes .....	186
<b>Art. 16.</b> .....	<b>186</b>
<b>Comentário n. 172.</b> Centros de Atendimento Integrado .....	187

## CAPÍTULO II

### DA SAÚDE

<b>Art. 17.</b> .....	<b>190</b>
<b>Comentário n. 173.</b> Serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para atenção integral à criança e ao adolescente em situação de violência.....	190
<b>Comentário n. 174.</b> Atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais da rede de atendimento do SUS.....	191
<b>Art. 18.</b> .....	<b>192</b>
<b>Comentário n. 175.</b> Coleta, guarda provisória e preservação de material com vestígios de violência.....	192

## CAPÍTULO III

### DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

<b>Art. 19.</b> .....	<b>193</b>
<b>Comentário n. 176.</b> Estabelecimento de procedimentos pelo Poder Público no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em favor da criança e do adolescente vítimas ou testemunhas de violência e de seus familiares.....	194
<b>Comentário n. 177.</b> Procedimento de elaboração de plano individual e familiar de atendimento .....	194
<b>Comentário n. 178.</b> Procedimento de atenção à vulnerabilidade indireta dos demais membros da família e solicitação de inclusão da vítima ou testemunha e de suas famílias nas políticas, programas e serviços existentes.....	194

**Comentário n. 179.** Procedimento de avaliação e atenção às situações de intimidação, ameaça, constrangimento ou discriminação decorrentes da vitimização.....195

**Comentário n. 180.** Procedimento de representação ao Ministério Público para colocação da criança ou do adolescente sob os cuidados da família extensa, de família substituta ou de serviço de acolhimento .....195

## **CAPÍTULO IV**

### **DA SEGURANÇA PÚBLICA**

#### **Art. 20..... 196**

**Comentário n. 181.** Delegacias especializadas no atendimento de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência .....197

**Comentário n. 182.** Atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública.....198

**Comentário n. 183.** Equipes multidisciplinares de assessoramento às Delegacias especializadas.....199

**Comentário n. 184.** Encaminhamento provisório para a Delegacia especializada em Direitos Humanos.....200

**Comentário n. 185.** Depoimento especial e ações articuladas, coordenadas e efetivas voltadas ao acolhimento e ao atendimento integral da criança e do adolescente .....200

#### **Art. 21..... 201**

**Comentário n. 186.** Criança ou adolescente em risco .....201

**Comentário n. 187.** Representação por medidas protetivas .....202

**Comentário n. 188.** Medidas protetivas por requerimento do Ministério Público ou da Defensoria Pública, por pedido da própria vítima ou testemunha ou de seu representante legal e por iniciativa própria do Juiz .....202

**Comentário n. 189.** Medidas protetivas que independem de chancela judicial...203

**Comentário n. 190.** Prazo de 48 horas para a deliberação judicial .....204

**Comentário n. 191.** Momento da representação ou pedido de medidas protetivas .....204

**Comentário n. 192.** Revisão das medidas protetivas a qualquer tempo.....205

**Comentário n. 193.** Desnecessidade de audiência das partes ou de prévia vista ao Ministério Público .....205

**Comentário n. 194.** Medidas de proteção pertinentes.....206

**Comentário n. 195.** Rol exemplificativo.....206

**Comentário n. 196.** Pressupostos para a aplicação das medidas protetivas .....207

**Comentário n. 197.** Aplicação de forma isolada ou cumulativa.....208

<b>Comentário n. 198.</b> Consequências do descumprimento injustificado da medida protetiva .....	208
<b>Comentário n. 199.</b> Medida protetiva de proibição de contato .....	210
<b>Comentário n. 200.</b> Medida protetiva de afastamento cautelar do investigado.....	211
<b>Comentário n. 201.</b> Representação pela prisão preventiva do investigado .....	211
<b>Comentário n. 202.</b> Medida protetiva de inclusão em serviços de atendimento.....	212
<b>Comentário n. 203.</b> Medida protetiva de inclusão em programa de proteção.....	213
<b>Comentário n. 204.</b> Representação ao Ministério Público pela produção antecipada de prova.....	213

## **Art. 22. .... 214**

<b>Comentário n. 205.</b> Obrigatoriedade de esforços por parte dos órgãos policiais no sentido de que o depoimento especial não seja o único meio de prova .....	214
---	-----

## **CAPÍTULO V**

### **DA JUSTIÇA**

## **Art. 23. .... 215**

<b>Comentário n. 206.</b> Criação de Juizados ou Varas especializados em crimes contra a criança e o adolescente.....	215
<b>Comentário n. 207.</b> Competência provisória dos Juizados ou Varas especializados em violência doméstica e temas afins.....	217
<b>Comentário n. 208.</b> Competência do Juízo da Infância e da Juventude para o processo e julgamento de crimes contra a criança e o adolescente .....	218

## **TÍTULO V**

### **DOS CRIMES**

## **Art. 24. .... 221**

<b>Comentário n. 209.</b> Crime de violação do sigilo do depoimento especial .....	221
--	-----

## **TÍTULO VI**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

## **Art. 25. .... 223**

<b>Comentário n. 210.</b> Ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados à criança e ao adolescente referentes ao não oferecimento ou oferta irregular de políticas e programas integrados de atendimento à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência.....	223
--	-----

<b>Art. 26.</b> .....	<b>224</b>
Comentário n. 211. Prazo de 60 dias para o Poder Público emanar atos normativos necessários à efetividade da Lei n. 13.431/17 .....	224
<b>Art. 27.</b> .....	<b>225</b>
Comentário n. 212. Prazo de 180 dias para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerem normas sobre o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente Vítima ou Testemunha de Violência, no âmbito das respectivas competências .....	225
<b>Art. 28.</b> .....	<b>225</b>
Comentário n. 213. Revogação de infração administrativa disposta no ECA.....	226
<b>Art. 29.</b> .....	<b>226</b>
Comentário n. 214. Validade, vigência, eficácia e vigor.....	226
Comentário n. 215. <i>Vacatio legis</i> da Lei n. 13.431/17 .....	227
Comentário n. 216. Aplicação imediata da Lei da Escuta Protegida .....	228
Comentário n. 217. Depoimento especial antes e depois da Lei n. 13.431/17 .....	228
<i>POSFÁCIO</i> .....	231
<i>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i> .....	233